

# O Referencial Teórico e Histórico da Avaliação Institucional no Brasil Pós-Constituição de 1988

MARIA DAS GRAÇAS DIAS FERREIRA STEIN

Mestre em Educação pela UNIMEP. Professora do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais

Recebimento: 21 de julho de 2003

Aprovação: 20 de novembro de 2003

**Resumo:** Este estudo apresenta um panorama teórico e histórico da avaliação institucional no Brasil pós-Constituição de 1988. São apresentados os níveis de abrangência da avaliação institucional, as suas funções, objetivos e procedimentos metodológicos. O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) é apresentado em detalhes e discutidas as políticas que a educação superior e a avaliação institucional no interior das reformas implementadas após a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa.

**Palavras-chave:** Avaliação Institucional; PAIUB; Políticas de Educação Superior; Reformas

**Abstract:** The text presents a theoretical and historical overview of institutional evaluation in Brazil since the 1988 Constitution. The various levels of institutional evaluation are presented — its functions, objectives, and methodological procedures. The Brazilian National Institutional Evaluation Program (PAIUB) is discussed in detail, along with the different policies for higher education and institutional evaluation within the context of the reforms implemented since the crisis of the welfare state in Europe.

**Key words:** Institutional Evaluation; PAIUB; Higher Education Policies; Reform.

## Introdução

A avaliação permeia a vida das pessoas, no seu dia-a-dia. Cada ação que cada um realiza é precedida de uma avaliação, principalmente, se essa ação implicar uma tomada de decisão. Em muitos momentos a auto-avaliação de algum ato já realizado se faz necessária, para um repensar de atitudes, de decisões já concretizadas, principalmente aquelas que não deram certo. É, portanto, um processo de análise e revisão, contínuo, que embasam as novas tomadas de decisão.

A existência de processos de avaliação também se faz necessário nas instituições constitutivas do Estado e que atuam nos diversos setores: educação, exército, jurídico, saúde, infra-estrutura etc. A sociedade capitalista, extremamente competitiva, exige que os processos avaliativos se instalem e, muitas vezes, com o espírito de se encontrar um culpado, o que pode encobrir as reais causas dos problemas enfrentados pela sociedade. Para melhor ilustrar essa questão, pode-se

dar o exemplo da educação, que, nos países em desenvolvimento, em vários momentos, acaba sendo considerada uma vilã, por exemplo, dos gastos públicos.

A avaliação, ora centrada nas pessoas, ora nos processos institucionais, tornou-se um recurso adotado pelos administradores, principalmente, na segunda metade da década de 90, momento histórico marcado pela globalização da economia e por um projeto de governo ancorado nas bases do neoliberalismo a partir do governo Collor, “que consiste na redução do aparelho estatal através da privatização dos meios de produção e das organizações públicas não-estatais”, ou como entende Hobsbawm (2000:78),

baseia-se no pressuposto de que a liberalização do mercado otimiza o crescimento e a riqueza do mundo, e leva à melhor distribuição desse incremento. Toda tentativa de controlar e regulamentar o mercado deve, portanto, apresentar resultados negativos, pois restringem a acumulação de lucros sobre o capital e, portanto, impedem a maximização da taxa de crescimento.

Com essa ideologia no Brasil, após a Constituição de 1988, pregou-se a não regulamentação do mercado e a abdicação do Estado de suas responsabilidades, delegando-as para o setor privado, o que tem trazido sérias conseqüências para a maioria dos brasileiros, como a falta de moradia, a desvalorização da educação e da saúde, a violência, o desemprego e tantos outros *produtos* originados de um processo de exclusão social. Alguns dos aspectos destas transformações podem ser resumidos em: marginalização crescente de crianças, jovens, operários e idosos; privatização do patrimônio público e em conseqüência um contingente de operários demitidos ou com baixos salários; privatização das empresas que estão sob a responsabilidade do Estado, que dão lucro como as do setor de energia, as produtoras de aço e até mesmo dos convênios de saúde.

Constata-se ainda a drástica diminuição de verbas públicas para a saúde e educação; a implementação de campanhas conclamando o voluntarismo para a resolução dos problemas educacionais como a campanha “Seja um amigo da escola”<sup>1</sup>, propagada na mídia; a descentralização da gestão dos órgãos públicos, denominada “autonomia administrativa e financeira”, tornando essas instituições semi-privadas como alternativa de sobrevivência. É perceptível também a utilização da mídia para a naturalização da violência e da exclusão, bem como a utilização da natureza em prol de lucros, sem levar em consideração os riscos ecológicos.

Enquadra-se nesse ambiente ideológico a avaliação como medida de controle da qualidade dos produtos, para atendimento à demanda do mercado de trabalho,

1 A campanha “seja um amigo da escola” solicita a participação de pais e comunidade em geral, na resolução dos problemas da escola como : concertos no prédio, aulas de esportes, artes, etc. São repostas paliativas, mostradas em propagandas que camuflam a redução do investimento em educação.

para a seleção de mão-de-obra especializada, bem como das instituições educativas. A avaliação do ensino superior, em especial, foi alvo de atenção do MEC, com procedimentos avaliativos diferenciados desde o Exame Nacional de Cursos (ENC), Comissão de Especialistas e o próprio Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

A avaliação institucional, que a partir da década de 80 já vinha sendo discutida no âmbito da Universidade, extrapola seus muros, atinge a sociedade e os órgãos governamentais. A análise da produção do referencial teórico para a avaliação institucional após a Constituição de 1988 é um desafio a ser superado, tendo em vista seu pouco tempo de existência.

A temática deste estudo será apresentada em cinco abordagens. Primeiramente discutiremos a avaliação institucional e a avaliação educacional, por possuírem caminhos que se cruzam, depois discutiremos os objetivos da avaliação institucional na Universidade e as suas funções. Faremos, então, um breve histórico do PAIUB e do chamado “novo” PAIUB, para, finalmente, apresentar as considerações finais, onde será realizada a conexão entre as políticas para a educação superior e a avaliação institucional.

## Avaliação institucional e avaliação educacional: caminhos que se cruzam

A avaliação na Universidade não se resume em buscar um culpado ou culpados por eventuais fracassos e sim em analisar a qualidade de seus processos, construídos nas relações que se estabelecem no seu cotidiano em busca de melhores resultados. À avaliação, vista nessa perspectiva, cumpre desvelar a própria Universidade de forma global, utilizando a reflexão como instrumento de tomada de consciência do seu entorno, do seu fazer e dos sujeitos envolvidos nesse fazer.

Na introdução do livro *Avaliação Institucional*, Balzan e Dias Sobrinho (1995: 9) apresentam a avaliação institucional “como um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões”.

A maioria dos trabalhos de avaliação institucional realizados nas universidades brasileiras de forma sistematizada é recente, carecendo ainda de um referencial teórico que os sustente. A esse propósito, assim observou Belloni (2000:40) :

Uma breve análise da literatura e da prática na área da avaliação institucional e de políticas públicas indica, ainda, certa fluidez conceitual e metodológica, grande dose de amadorismo e empirismo, além de pouca clareza sobre sua relevância ou utilidade, assim como freqüente escassez de critérios.

A grande maioria das *teorias existentes em avaliação institucional* se constitui em aplicações de conhecimentos produzidos na *avaliação educacional* (de aprendizagem ou de desempenho escolar e de currículo). Comparando a terminologia adotada na avaliação de aprendizagem nos livros de Didática (Libâneo, 1990; Martins, 1985; Haydt, 1994; Masetto, 1994) e da adotada na avaliação institucional constata-se a transposição dessas terminologias. Como exemplos, pode-se citar as discussões sobre medir e avaliar; as funções (diagnóstica, formativa e somativa/controle); os procedimentos avaliativos/técnicas avaliadoras (auto-avaliação, observação, entrevista) e instrumentos avaliativos, o próprio “Provão” que utiliza questões dissertativas e de múltipla escolha. Belloni (2000:40, 41) faz uma análise das aproximações entre a avaliação institucional e a avaliação educacional e apresenta suas especificidades, sintetizadas no quadro a seguir:

### Quadro I – Especificidades da Avaliação Educacional e Institucional.

<b>Especificidades</b>	
Avaliação Educacional	Avaliação Institucional
Objeto de estudo: “situações de aprendizagem, desempenho de indivíduos ou grupos em situação de aprendizagem ou profissional e currículos ou programas de ensino de um curso, de um nível ou modalidade de ensino, ou ainda de atividades de qualificação profissional.”	Objeto de estudo: “instituições, sistemas e projetos ou políticas públicas”.

Avaliação educacional e avaliação de uma instituição educacional com suas especificidades se cruzam, pois a avaliação de aprendizagem, de desempenho e de currículo constituem níveis de abrangência da própria avaliação de uma instituição educacional. É como um puxar da ponta de um novelo, iniciando pela avaliação de situações de aprendizagem, currículos, projeto político pedagógico, até chegar à gestão, que deve inclusive zelar por melhores condições na sala de aula. Avalia-se toda a organização escolar. Trata-se do aspecto institucional. Infelizmente, por muito tempo, só o aluno foi avaliado.

A avaliação de uma instituição educacional, por sua vez, na visão de Dilvo Ristoff (1995: 41) “não importa muito onde se começa, desde que se comece. Não se pode adiar as coisas eternamente”.

E ao realizar uma avaliação de uma instituição educacional, em qualquer um de seus níveis de abrangência, a leitura de conjuntura deve ser considerada para uma reflexão das influências desses condicionantes contextuais e seus processos internos.

A avaliação de uma instituição educacional

refere-se à análise do desempenho global da instituição, considerando todos os fatores envolvidos, em face dos objetivos ou missão da instituição, no contexto social, econômico, político e cultural na qual está inserida. Envolve avaliar seus processos de funcionamento e seus resultados, inseridos na realidade social, identificando os fatores favoráveis ao bom andamento e aqueles responsáveis pelas dificuldades com vistas a sua superação (Belloni, 2000:40).

**Por se tratar de um processo global, a avaliação de uma instituição educacional em nível superior é complexa.**

Por se tratar de um processo global, a avaliação de uma instituição educacional em nível superior é complexa pelo entrelaçamento e indissociabilidade das funções ensino, pesquisa, extensão e gestão.

## Objetivos da avaliação institucional da Universidade

Os objetivos da avaliação da universidade estão vinculados às concepções que fundamentam a missão da instituição, bem como a um determinado programa de avaliação institucional, com seus níveis de abrangência e funções.

A avaliação educacional possui sua especificidade que é a aprendizagem e currículos. A avaliação institucional tem por objeto de estudo a instituição, sistemas, projetos ou políticas públicas. Conforme Belloni (2000:40) algumas aproximações podem-se estabelecer entre elas e o Quadro II mostra esse fato. Extraído da Teoria de Currículos, são modelos de avaliação curricular, desenvolvidos por Stufflebean, Scriven, Parlet e Hamilton, Stake, Saul e Stark, que podem ser aplicados na avaliação institucional. Como a autora citou SAUL, as idéias levantadas por Belloni, estão desenvolvidas no livro *Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*, de Ana Maria Saul (1995: 36 e 64).

A avaliação institucional de uma instituição de ensino superior (IES) precisa ter propósitos coerentes com o seu projeto político-pedagógico, nas suas diversas dimensões relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e administração. Apesar de

## Quadro II – Teoria de Currículo e Aproximações com a Avaliação de uma Instituição Educacional

Concepções de Avaliação	Teóricos	Objetivos para avaliação de currículo	Aproximação com a avaliação Institucional
Avaliação para a tomada de decisão e para o aperfeiçoamento.	Stufflebeam (1968)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fornecer informações relevantes para quem toma decisões.</li> </ul>	Os órgãos colegiados e a alta administração de uma IES utiliza da avaliação para a tomada de decisão com vistas à melhoria da instituição.
Avaliação de Mérito	Scriven (1967)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Determinar e justificar o mérito ou valor de uma entidade.</li> </ul>	A avaliação meritocrática pode contribuir para o levantamento dos pontos fortes de uma instituição.
Avaliação Iluminativa (Compreensão da realidade)	Parlet e Hamilton (1972)	<ul style="list-style-type: none"> <li>“Iluminar”, fornecer compreensão sobre a realidade estudada em sua totalidade.</li> <li>Verificar o impacto, a validade, a eficácia de um programa de inovação.</li> </ul>	A avaliação iluminativa possibilita uma melhor compreensão da realidade institucional.
Avaliação Responsiva (Avaliação com fins de prestação de contas)	Stake (1967 a 1984)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Responder aos questionamentos básicos de um programa, principalmente àqueles oriundos das pessoas diretamente ligadas a ele.</li> <li>Considerar as reações avaliativas de diferentes grupos em relação ao programa.</li> </ul>	A problematização, ou seja, o levantamento de questionamentos, bem como respondê-los de forma responsiva, com fins de prestar contas à sociedade
Avaliação Emancipatória: <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação Democrática</li> <li>Crítica institucional e Criação Coletiva</li> <li>Pesquisa Participante</li> </ul>	Saul (1995)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Iluminar o caminho da transformação.</li> <li>Beneficiar audiências em Termos de torná-las auto-determinadas.</li> </ul>	A avaliação emancipatória enfatiza a participação dos sujeitos possibilitando transformações
Avaliação como forma de pesquisa avaliativa	Stark (1998)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Buscar a validade interna e externa dos resultados, usando, muitas vezes, estratégias experimentais (validade de contexto).</li> </ul>	A pesquisa avaliativa pode ser adotada nos vários níveis de abrangência da avaliação institucional.

Adaptado de SAUL (1995)

um programa de avaliação ser específico e único, preservada a identidade de cada instituição, alguns objetivos possuem direções comuns, que independe de que IES está sendo avaliada, como o fato de impulsionar um processo criativo de crítica e auto-crítica; identificar as interações entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; reestabelecer compromissos com a sociedade; repensar objetivos, modos de atuação, resultados. Enfim, a avaliação objetiva estudar, propor e

implementar transformações com vistas à evolução institucional, além de “Avaliar para reafirmar valores”, como afirma Ristoff (1995: 45,46) quando analisa esses objetivos, chamando a atenção para a concepção valorativa da avaliação.

Os objetivos de um programa de avaliação institucional também estão vinculados às etapas desse processo como, por exemplo, a caracterização da instituição, também denominada de diagnóstico, em que se descreve a situação real da instituição, de seus cursos, programas, planos e processos; a avaliação interna, quando ocorre a auto avaliação crítica buscando organizar os resultados com vistas à emissão de juízo de valor; a avaliação externa, ao se emitir julgamentos através dos resultados apresentados em relatórios; a reavaliação interna, já que são organizados os dados confrontando os resultados da avaliação interna e externa; a realimentação, quando há reflexão e tomada de decisões com vistas à melhoria da qualidade dos processos institucionais; a difusão, quando são divulgados os resultados da avaliação institucional e as decisões tomadas, buscando o envolvimento da comunidade acadêmica nas transformações necessárias para o aperfeiçoamento da instituição. Belloni sintetiza a finalidade da avaliação institucional quando afirma que ela deve ser entendida “como um processo sistemático de subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social”. (2000:41)

## Funções da avaliação institucional

Uma instituição de ensino superior precisa ser avaliada em suas múltiplas finalidades, sem perder de vista a integração entre elas. Diversos estudos sobre avaliação institucional apresentam as funções desse processo.

Dias Sobrinho (1995) apresenta duas delas: a somativa e a formativa, alegando que as duas podem coexistir, cada qual desempenhando sua função. A interdependência entre elas “depende de opção de fundo político e dos objetivos desejados.” A respeito de avaliação institucional este autor assim escreve:

A somativa é uma orientação voltada a avaliar ações ou produtos já realizados. É procedimento largamente utilizado para cobrar, pedir contas, medir, fiscalizar, hierarquizar. Tem caráter burocrático e tecnocrático, bastante ao gosto de entidades governamentais interessadas em mensurar, comparar e classificar cursos e instituições, segundo indicadores objetivos de produtividade e eficiência. Desde que não seja a única e exclusiva orientação, a somativa é muito importante quando se faz necessário conhecer as informações e saber em que pontos se encontram os processos de realização de produtos ou projetos determinados (Sobrinho, 1995: 66).

O Exame Nacional de Cursos (ENC), o *Provão*, é um exemplo de função somativa, presente nas instituições de Ensino Superior, desde 1996, através do decreto N.º, 2.026, de 14.10.96. As instituições são classificadas pelos resultados dos alunos, gerando o “ranking” nacional. Extremamente quantitativa, desconsidera processos, condições e contextos. De acordo com Belloni (2000: 51, 52), essa

tendência refere-se a uma concepção que poderia ser denominada meritocrática, é orientada pela lógica da regulação e do controle, do cumprimento de requisitos e normas, e está voltada para a identificação e seleção dos “melhores”, com vistas a políticas de incentivos e financiamento assim como do estabelecimento de status e excelência, traduzidos em listas hierárquicas ou ranking.

A orientação formativa, ao contrário da função somativa, constitui-se em uma abordagem qualitativa de avaliação, buscando analisar os processos e perseguir a qualidade dos mesmos,

...tem função instrumental e pró-ativa: o processo de elaboração de conhecimento e de crítica, que constitui a avaliação, também produz no interior de seu próprio desenvolvimento a tomada de consciência da necessidade de transformação do processo mesmo de avaliação e de seus agentes, bem como projeta o que é necessário para melhorar a instituição (Dias Sobrinho, 1995: 66).

Nessa perspectiva, temos, por exemplo, as atividades de auto-avaliação, realizadas no interior das instituições, que possibilitam aos sujeitos envolvidos no processo refletir criticamente sobre sua prática cotidiana, buscando construir uma qualidade transformadora deles mesmos e da realidade. A função formativa possui, assim, um caráter intervencionista. Se os resultados não são bons é preciso intervir para melhorá-los. E é o momento de ação permanente que não pode ser lento, tendo em vista mudanças constantes da contemporaneidade<sup>2</sup>.

Essa tendência formativa é apresentada como uma

concepção de avaliação voltada para a efetividade científica e social da instituição, é orientada por uma lógica de transformação; visa a construção da qualidade e da excelência não excludentes, mediante a identificação dos acertos e das dificuldades, com a finalidade de melhoria institucional e construção de uma universidade comprometida com o desenvolvimento científico e social... (Belloni, 2000:52).

2 O sentido de contemporaneidade refere-se aos dias atuais. “É comum entender a Idade Contemporânea como período que se estende da Revolução Francesa - 1789 -, até os nossos dias” (Luckesi, 1995:213).

Além das funções somativa e formativa, há a função de diagnóstico como uma terceira orientação que visa à leitura da realidade institucional. A coleta de dados permite um auto-conhecimento e/ou conhecimento institucional: missão, objetivos, infra-estrutura, quadro docente, quadro de funcionários, perfil dos alunos, acervo bibliográfico, laboratórios, índices de aprovação/reprovação e evasão. Realizado com transparência, o diagnóstico desencadeia os demais momentos da avaliação institucional.

Figari (1996:99) apresenta a avaliação diagnóstica recorrendo a outros dois autores.

Avaliação diagnóstica que De Ketele (1988) denomina como a avaliação antes da ação', e que exerce assim uma função de previsão, faz parte das funções, conjuntamente com a avaliação prognóstica, que Querenet (1987, p. 134) situa na "avaliação inicial".

Demo (1999:24) chama a atenção para a realização de um diagnóstico qualitativo, aquele que é autodiagnóstico como forma de auto-expressão de uma comunidade, que envolve participação. "Pode-se analisar a participação dos outros, mas, se fizermos somente isto, perderemos o cerne do fenômeno participativo, que é a auto-programação."

Belloni (2000:44) apresenta alguns exemplos dessas três funções, destacadas sob a forma de objetivos: (1) "Estabelecer mecanismos de 'controle de qualidade' do funcionamento e, principalmente, do 'produto' daquelas instituições, visando melhores padrões de eficiência e eficácia do seu funcionamento"; (2) "Fornecer informações à própria instituição, ao sistema e à sociedade, com vários objetivos, entre os quais, a alocação de recursos humanos e financeiros, formulações de políticas e definição de prioridades"; (3) "Institucionalizar um processo de sistemática reflexão e tomada de decisão com vistas à efetividade social do seu funcionamento, isto é, o cumprimento da missão científica e social da universidade".

O primeiro objetivo enfatiza a função somativa, ou seja, de controle; o segundo, a função de diagnóstico e o terceiro, a função formativa e explícita mais uma função, a social.

A função social da avaliação é aquela que vai além dos benefícios para a própria instituição, vai além de seus muros. É definida por Belloni (2000:39) como processo de democratização do saber e das competências, do acesso, da gestão e dos resultados do sistema escolar. Segundo ela,

é possível desenvolver uma sistemática de avaliação que vise ao aperfeiçoamento da qualidade da educação – isto é, do ensino, da aprendizagem, da pesquisa e da gestão institucional – com a finalidade de transformar a escola atual em uma instituição voltada para e comprometida com a democratiza-

ção do conhecimento e da educação, assim como a transformação da sociedade (Belloni, 2000:39).

A avaliação institucional em sua função social deve procurar captar os processos de participação que ocorrem dentro da Universidade e em seu entorno, assumindo esse compromisso de democratização, dela mesma e da própria sociedade, que se constrói com o envolvimento dos sujeitos.

Pode-se incluir, ainda, como função social da avaliação institucional o comprometimento com a qualidade de vida dos sujeitos, dentro e fora da universidade. A melhoria da qualidade de vida implica que a Universidade assuma seu papel social, buscando

gerar saber com o compromisso específico de servir ao social: para atender a todas as doenças de todos, solucionar o problema da fome no país, da violência, fazer o mundo inteiro mais belo, incluindo a verdade como parte do universo, da beleza, construção do saber inédito, com a construção de uma sociedade utópica, livre, soberana, justa, igualitária e eficiente (Buarque, 1994:217, 218 e 219).

A avaliação institucional, em sua função social, estaria voltada para uma universidade enraizada na “vida”, onde ensino/pesquisa/extensão/administração – democracia e prática cultural<sup>3</sup> são trabalhados “mergulhados” na sociedade como um todo.

A avaliação institucional pode desenvolver, ainda, outras funções: a função de pesquisa e a função formadora.

A pesquisa deve permear todo um processo de avaliação institucional e mais especificamente na análise de políticas, estudos administrativos, análise de planejamento e relatórios. No dia-a-dia da Universidade existem questões desafiadoras, em que a pesquisa muito pode contribuir para desvendá-las, através de uma prática investigativa comprometida com a melhoria dos processos acadêmicos e administrativos.

A avaliação institucional se dá em uma determinada instituição situada, constituída de sujeitos históricos, recebe influência de condicionantes sociais, políticos, econômicos, e culturais, bem como influencia os sujeitos e os processos econômicos e administrativos. Aí está a função formadora da avaliação institucional, operando transformações pessoais, institucionais e sociais, conforme decisões tomadas com vistas ao aperfeiçoamento e ao crescimento de todos.

A função formadora da avaliação institucional pode contribuir para a reflexão sobre o projeto de formação continuada da Universidade, coerente com as

---

3 Prática Cultural e democracia são novas funções da Universidade propostas por Buarque no livro *Aventura da Universidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

experiências e necessidades de cada departamento e setor, com vistas à autonomia dos envolvidos e à construção de uma cultura da interdisciplinaridade, que se “caracteriza pela intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa” (Japiassu, 1976:74).

A interdisciplinaridade requer mudança de postura, despojamento e abertura para o encontro com os pares professores, alunos, pais e comunidade (Fazenda, 1993), que a avaliação formadora possibilita vivenciar.

## Breve histórico do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)

A avaliação institucional, nas décadas de 80 e 90, no Brasil, tem percorrido caminhos de construção de seus referenciais teóricos: conceituação, princípios, funções, abordagens metodológicas e instrumentos para sua implantação no ensino superior brasileiro.

Em alguns momentos, a avaliação institucional teve marcos significativos como as discussões sobre seu futuro, na década de 80; a criação do PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras-1993), os primeiros ensaios para a sua implantação, na década de 90 e sua concretização em muitas universidades brasileiras.

Na metade da década de 90, a avaliação institucional tomou novos rumos em função das políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil, implementadas por uma legislação decretada, sem o envolvimento das partes interessadas, isto é, as próprias instituições de Ensino Superior. A Lei 9193, de 24 de novembro de 1995, que institui o Exame Nacional de Cursos e estabelece que é de responsabilidade do MEC promover a avaliação de qualidade do sistema federal de ensino superior atropela um processo já desencadeado pelo PAIUB.

O PAIUB foi proposto, em 1993, pela ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes ‘das Instituições Federais de Ensino Superior) ao MEC, cujo 1º edital foi lançado em 1994. Sua criação percorreu caminhos significativos descritos a seguir em ordem cronológica.

Em março de 1993, foi criada pela SESu/MEC a Coodenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional e, em julho do mesmo ano, a Comissão Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, com a função de conduzir politicamente o processo de avaliação institucional.

Essa Comissão foi composta por representantes da Sesu/MEC ( Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura), representantes de Associações (ANDIFES, ABRUEM, ANUP, e ABESC) e dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, de Planejamento e de Administração.

Em setembro de 1993, foi criado o Comitê Assessor com as funções de avaliar projetos apresentados em cada Edital do Programa e assessorar a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras. No segundo semestre de 1993, foi promovida a realização de estudos, seminários e discussões que possibilitaram a construção de fundamentos e princípios.

O documento básico do PAIUB contém a fundamentação teórica, os princípios, os objetivos, as características, as diretrizes para o desenvolvimento da proposta, as variáveis e os indicadores institucionais de avaliação institucional. Contém, ainda,

**A avaliação institucional, em sua função social, estaria voltada para uma universidade enraizada na "vida".**

o detalhamento da Avaliação do Ensino de Graduação, seus aspectos gerais, metodologia, fluxograma do desenvolvimento do projeto e avaliação da IES, a elaboração do diagnóstico, indicadores relativos ao ensino de Graduação, a avaliação interna, a avaliação externa e conclusão.

O documento básico apresenta ainda, a função da Universidade como instituição que produz e dissemina o saber tanto para a busca das verdades científicas como para atender às necessidades básicas da sociedade. Aborda a qualidade de seus serviços prestados, levando em consideração a organização e o estágio de desenvolvimento em que se encontra a sociedade a que serve.

O documento apresenta algumas questões que precisam ser repensadas: a cisão entre o teórico e o prático, o científico e a realidade; a definição de qualidade, suas abordagens e tendências; estar a serviço de quem? para quê?

O texto apresenta também as exigências da universidade contemporânea como argumentos fortes para a necessidade da avaliação. São elas: um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Se a avaliação é uma necessidade, o modelo apresentado no documento é o da qualidade, enfatizado nas seguintes expressões: "voltada ao aperfeiçoamento e à transformação da universidade, a avaliação significa um balanço e um processo de identificação de rumos e de valores diferentes, seu traço distintivo é a preocupação com a qualidade, enquanto processo contínuo e aberto..."(Documento Básico, PAIUB: 1994).

Santos Filho descreve, em seu artigo "Análise Teórico – Política de Exame Nacional de Cursos" (2000:160), fundamentado em Nicolás Bentancur (1996), os sete modelos de "Estado Avaliador" e, dentre eles, explicita o Modelo de Melhoria da Qualidade, cujo "propósito básico é a busca da excelência dos processos universitários por si mesma, sem dependência de objetivos político-estratégicos e

sem vinculação dos resultados da avaliação à lógica financeira de prêmio e castigo.” Nesse modelo, ele enquadra o PAIUB.

O documento básico do PAIUB afirma que “a avaliação é também um processo sistemático de prestação de contas à sociedade, porque a educação é um bem público e seus benefícios atingem toda a sociedade, deve por isso ser avaliada em termos de eficácia social de suas atividades, bem como, em termos de eficiência de seu funcionamento.” Poderia, então, encaixar no Modelo de Imputação de Responsabilidade Pública, cujo propósito é impor às instituições de educação superior a obrigação de prestar contas perante o Estado e a sociedade sobre a qualidade, pertinência e eficiência de seus produtos, a fim de garantir o nível dos mesmos.

Embora a prestação de contas esteja presente no PAIUB como uma exigência da universidade contemporânea, não é sua essência, pois seus objetivos, princípios, características e metodologia reforçam o Modelo de Melhoria da Qualidade. Nesse sentido, a explicitação de que qualidade se deseja e que se faz necessária para o envolvimento em um processo de avaliação institucional.

A participação coletiva de setores e pessoas ficou bem definida como um outro fundamento a nortear o PAIUB, tanto na definição de funções e prioridades, no seu acompanhamento metódico das ações, bem como para “repensar os objetivos, modos de atuação e resultados de sua atividade, em busca da melhoria como um todo”.

As pessoas se tornam responsáveis por aquilo que constroem e quanto maior o envolvimento, maior é o comprometimento para a sua concretização. Um programa de avaliação construído e implementado através de um diálogo teórico-prático e crítico tem possibilidades de criar uma nova realidade. No documento básico do PAIUB, esse diálogo está previsto quando reforça que as diferenças, pluralidade de idéias, as dúvidas e contradições devem ser preservadas e até estimuladas.

Finalizando a fundamentação, o PAIUB propõe que a avaliação institucional seja um “processo de atribuições de valor, um exame apurado de uma dada realidade, a partir de parâmetros de julgamento derivados dos objetivos, que orientam a constituição, desenvolvimento ou produto das ações dessa mesma realidade.” Propõe, ainda, a racionalidade dos meios e utilização de aferições quantitativas. Reforça-se assim, o equilíbrio entre as dimensões qualitativas (inclusive aquelas vinculadas ao projeto pedagógico) e as quantitativas.

## Princípios presentes no PAIUB

A avaliação institucional, considerando a descentralização dos procedimentos para a tomada de decisão, segundo o PAIUB, deve ser desenvolvida conforme os seguintes princípios: (1) “aceitação e conscientização da necessidade da avali-

ação por todos os segmentos envolvidos”; (2) “reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados”; (3) “envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para melhoria de desempenho institucional”.

Não seriam prioritariamente os princípios e sim condições para a realização da avaliação institucional, pois sem aceitação, reconhecimento e envolvimento, torna-se difícil implementar qualquer trabalho avaliativo.

## Objetivos do PAIUB

A avaliação de desempenho das Universidades tem por objetivo geral: rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas.

Esse objetivo geral foi desdobrado em cinco objetivos específicos transcritos a seguir: (1) “Impulsionar um processo criativo e de auto-crítica da instituição, como evidência da vontade política de auto-avaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade”; (2) “Conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e se inter-relacionam na Universidade as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração”; (3) “(RE) estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações da Universidade, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da avaliação e das ações dela decorrentes”; (4) “Repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere, capaz de responder às modificações estruturais da sociedade brasileira”; (5) “Estudar, propor e implementar mudanças das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão, e da gestão contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes”.

## Características do processo de avaliação

O documento descreve cinco características do processo de avaliação institucional que contribuem para a construção da legitimidade política: (1) “Globalidade: “enquanto procura levar em consideração os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades – fim e das atividades – meio..., isto é, cada uma das dimensões do ensino, produção acadêmica, extensão e gestão, em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade”; (2) “Intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos

resultados, trazidos em medidas de aperfeiçoamento da instituição”; (3) “Combinação das estratégias de avaliação interna e externa, nas dimensões qualitativas e quantitativas”; (4) “Continuidade de sistematização, para promover permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais da instituição acadêmica... não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação (grifos meus). Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas”.

O documento apresenta dois fatores como necessários à legitimidade técnica, a metodologia, que prevê a construção de indicadores adequados, a utilização de procedimentos quantitativos e qualitativos e o oferecimento de modelos interpretativos e adequados; fidedignidade da informação que prevê a necessidade de uma base de dados confiáveis.

Percebe-se uma certa confusão nas categorias adotadas: características com princípios, fatores e condições. A própria introdução do documento básico, palestra intitulada “Princípios do Programa de Avaliação Institucional” de Dilvo I. Ristoff, apresenta os sete princípios do PAIUB: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade.

## Desenvolvimento da proposta do PAIUB

O PAIUB propõe uma avaliação global da instituição, nos vários níveis de abrangência: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Sugere que essa avaliação seja implantada “*por etapas, com desenvolvimento simultâneo, interdependentes e complementares*”, coerente com a identidade de cada instituição.

Sugere, ainda, que esse processo global de avaliação se inicie com “*ênfase na graduação, incluindo nos instrumentos e indicadores aspectos relativos ao conjunto da instituição*”.

A ênfase na Graduação se pauta nos seguintes argumentos: abrangência do universo dentro da instituição e seus grandes desdobramentos na sociedade; a necessidade de se construir uma cultura institucional participativa da avaliação como instrumento permanente de aperfeiçoamento das universidades.

Quanto a pós-graduação, esta já possui sua avaliação específica feita pela CAPES e órgãos de fomento.

A recomendação de incluir nos instrumentos e indicadores aspectos relativos ao conjunto da instituição (ensino, pesquisa, extensão e gestão) atinge um número expressivo de instituições de ensino superior que não possuem a pós-graduação, portanto não são avaliadas pela CAPES.

As modalidades da avaliação interna e externa estão previstas no Documento Básico para o ensino, produção acadêmica, atividades de extensão e da gestão universitária. Essas modalidades devem acontecer após um diagnóstico institucional completo.

## O "Novo" PAIUB

A adesão, pelas instituições de Ensino Superior, ao PAIUB foi crescendo paulatinamente, conforme dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais): de 56 instituições participantes em 1994, o número cresceu para 116 em 1997 e 130, em 2000.

O Programa também se modificou, apresentando novas características, a partir dos Decretos n. 2.026, de 10 de outubro de 1996 (que estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de Ensino Superior), Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997 (regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, a classificação e as atribuições das entidades mantenedoras de instituições de Ensino Superior, bem como a organização acadêmica dessas instituições) e Portaria n. 302, de 07 de abril de 1998 do MEC (normatiza os procedimentos de avaliação do desempenho individual das instituições de Ensino Superior pela SESu no âmbito do PAIUB).

O Documento, aprovado pelo Comitê Assessor em 08.11.1999 e apresentado como versão aperfeiçoada na 23ª Reunião da ANPED, em setembro de 2000, pelo Relator Prof. Dr. Francisco de Assis Palharini contém as considerações iniciais sobre o PAIUB, fazendo um breve histórico do mesmo. Mantém o objetivo da avaliação como melhoria e de busca contínua de elevado padrão de qualidade, enfatizando os resultados máximos, considerando a avaliação institucional, também como forma de prestar contas à sociedade de seu trabalho e ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior.

O Relatório reforça a importância da interação entre ensino, pesquisa, extensão, e gestão e os princípios básicos da avaliação institucional: globalidade, legitimidade política que é o envolvimento de toda a comunidade acadêmica na construção do projeto político pedagógico e do plano de desenvolvimento institucional, a adesão voluntária, continuidade, não punição e premiação e comparabilidade. Inclui a questão valorativa, ou seja, a identidade ético-política da instituição.

Esse Documento esclarece melhor a relação da avaliação institucional com os eixos "relações com a sociedade" e "relações com a produção do conhecimento" e mantém os indicadores quantitativos e qualitativos da avaliação. Mantém as etapas: de diagnóstico, de auto-avaliação interna e avaliação externa local e geral articuladas entre si e a reavaliação.

Considera interessante a criação das comissões de avaliação da unidade, por curso e departamento, com a possibilidade da comissão geral contemplar a participação de dois pesquisadores com renome internacional, um pesquisador indicado pela SBPC, um representante de órgão de sociedade civil da região escolhida pela IES, além de um representante do Estado, indicado pelo MEC.

O Documento contém, ainda, um roteiro básico de análise do relatório de auto-avaliação da IES contemplando os itens: aspectos avaliados, considerações e recomendações, um quadro com os conceitos para as dimensões avaliadas; um outro quadro com os conceitos para a universidade e a Matriz Geral do Processo de Avaliação Institucional.

Essa Matriz expressa os indicadores nas várias dimensões da universidade, desde a infraestrutura, às demais estruturas organizacionais, ao projeto pedagógico, ao plano de desenvolvimento institucional, ao ensino, à pesquisa, à extensão, à pós-graduação, aos recursos humanos, às atividades artísticas/culturais/esportivas e aos sistemas de comunicação. Estabelece as correlações com a sociedade, produção de conhecimento, relações institucionais e estratégias de ação.

O Relatório trata, ainda, das condições para as novas inscrições ao PAIUB e da manutenção dos já inscritos, bem como dos recursos que devem ser das próprias mantenedoras das instituições. A valorização da avaliação institucional para o aperfeiçoamento do projeto político pedagógico e do plano de desenvolvimento institucional, também, se constitui uma inovação, bem como a organização de um banco de dados e a informatização dos mesmos.

**As pessoas se tornam responsáveis por aquilo que constroem e quanto maior o envolvimento, maior é o comprometimento para a sua concretização.**

**Considerações finais: as políticas para a educação superior e a avaliação institucional.**

As políticas para a Educação Superior foram criadas no interior da crise do Estado do bem-estar, do projeto de governo fundamentado no ideário neoliberal com suas reformas, sob o comando mais geral do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) e Ministério da Educação e dos Desportos (MEC).

No âmbito do MARE, com base no modelo gerencialista que anima o Plano Diretor da Reforma do Estado (1996), que situa a educação superior, ciência e tecnologia e a saúde como serviços não exclusivos do Estado e compe-

titivos, e que visaria a chamada modernização e aumento da eficiência da administração pública, encontra-se a proposta que se constituiria em paradigma das propostas de reforma do sistema de educação superior público. É no interior deste plano que se localiza o projeto de transformação das IES federais nas chamadas organizações sociais... (Sguissardi, 2000:26).

Dentre as propostas de reforma do sistema de Ensino Superior público, algumas medidas já foram tomadas e concretizadas, apesar dos movimentos de resistências de professores e entidades de classe. Dentre elas a GED (Gratificação de estímulo à docência – Lei 9.678/89), a qual ao invés de conceder aumento salarial, concede gratificações vinculadas ao desempenho docente, encobrando, assim, uma política de não aumento salarial e a avaliação do desempenho dos alunos através do provão.

A “autonomia financeira” das IES, também, prevista no Documento MARE, visa à descentralização do financiamento da Educação Superior pública, pois como organizações sociais são consideradas como sendo serviços não exclusivos do Estado. É um mecanismo de privatização desse nível de ensino com vistas à redução das responsabilidades do Estado com a educação e do déficit público; denominado Estado mínimo. “Contudo, é importante frisarmos que o Estado mínimo proposto é mínimo apenas para as políticas sociais, pois, na realidade, o Estado é máximo para o capital...” (Peroni, 2000:55).

Com funções sociais minimizadas, o Estado passa a ser um estado gestor. É o estado gerente que implementa as políticas econômicas orientadas pelos organismos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial) e BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O que resta ao Estado além de administrar a implantação dessas políticas, a não ser aquele que cuida, olha e fiscaliza para que tudo dê certo? Resta-lhe uma outra função: a de estado-avaliador, aquele que faz o acompanhamento do funcionamento de suas instituições constitutivas através da avaliação.

Para cumprir seu papel de fiscalizador, na segunda metade da década de 90, direcionou as políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil com vistas a um controle excessivo por uma legislação “decretada”, sem o envolvimento das partes interessadas, as próprias IES, desrespeitando a própria autonomia universitária prevista na Constituição Federal e um trabalho avaliativo que já vinha sendo feito pelo PAIUB, desde 1993.

Na trama dessa tecitura legislativa, vieram leis, decretos e portarias normatizando formas e processos avaliativos das IES.

Em 24 de novembro de 1995, a lei 9131 institui o Exame Nacional de Cursos (ENC) e estabelece que é da responsabilidade do MEC promover a avaliação da qualidade do sistema federal de Ensino Superior:

Concebido com um instrumento complementar de avaliação institucional, o chamado Exame Nacional de Cursos destina-se a avaliar os conhecimentos e competências obtidos pelos estudantes nos cursos de graduação (Medida Provisória 1018, de 08 de junho de 1995). Implantado a partir de 10 de novembro de 1996, esse exame tem como objetivo básico avaliar o ensino das instituições de educação superior e não o desempenho acadêmico do estudante propriamente dito que porém, será penalizado pela retenção do diploma se não realizar o exame (Filho, 2000:163).

As primeiras realizações do Exame Nacional de Cursos causaram mobilizações de estudantes (através da UNE – União Nacional dos Estudantes), no Brasil inteiro, inclusive “boicotes”, mas a retenção do diploma falou mais alto e tudo foi se acalmando, já que a nota do aluno só é do conhecimento dele.

Há quem defenda a inclusão da nota do “provão” no histórico escolar do aluno, como forma de pressioná-lo a fazê-lo com mais seriedade, não prejudicando a classificação da sua escola no “ranking” final. É uma questão muito séria, pois se assim for feito, a ênfase nos resultados, e não nos processos, estará consolidada definitivamente, aumentando a demanda excludente do mercado, bem como o engessamento de currículos unificados, a padronização e o extermínio da criatividade.

Constata-se então que o governo tomou para si a responsabilidade de avaliar universidades e instituições de Ensino Superior, com padrões de qualidade unificados, desconsiderando as condições concretas e específicas de cada uma delas, nos vários “brasis”. Desconsiderou, ainda, o próprio projeto de universidade brasileira em consolidação, bem como o projeto político pedagógico de cada IES.

É o movimento de centralização/descentralização, no qual é descentralizado o financiamento e centralizado o controle, é parte da proposta de redefinição do papel do Estado, como podemos constatar no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Peroni, 2000:63).

Além do “provão” outras medidas para avaliação do Ensino Superior foram implantadas: avaliação dos cursos pelas comissões de especialistas (Portaria n. 972, de 22 de agosto de 1997); a avaliação de desempenho individual das IES pela SESu, no âmbito do PAIUB (Portaria n. 302, de 7 de abril de 1998) e o credenciamento das IES (Parecer n.556 de 1998, que estabelece as condições, os requisitos e os procedimentos para tal).

A preocupação do MEC em controlar a qualidade do ensino superior no Brasil é transparente, conforme a legislação publicada. O que não fica muito claro é o que fazer com as instituições que não são bem avaliadas: descredenciá-las ou investir nelas agressivamente para melhorar seus resultados? O descredenciamento

parece ser o caminho mais curto e mais fácil, pois o financiamento de melhorias não foi a política implementada pelo governo após a Constituição de 1988.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva, 2003, o Ministério da Educação, através da SESu, nomeou uma Comissão Especial composta de pesquisadores do campo da avaliação institucional, com a finalidade de “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (Portaria Nº 11, de 28 de abril de 2003, DOU – 30/04/2003).

O Ministro da Educação, Cristovam Buarque, ao instalar os trabalhos da Comissão solicitou que fossem considerados quatro pontos: a percepção atual de que a velocidade com que a Universidade produz conhecimento parece ser menor do que o saber que está sendo produzido fora dela; o papel que a Universidade precisa desempenhar de julgadora do conhecimento que as pessoas aprendem fora dela e a necessidade de maior divulgação do saber por ela (Universidade) produzido e, portanto, legitimadora do conhecimento para o futuro, levando em conta a facilidade, ou não, que esse conhecimento terá na procura de novos empregos pelas pessoas. Finalmente, foi ressaltada a função social da Universidade, como instrumento para a construção de um mundo melhor. Recomendou ainda que os pesquisadores não ficassem presos aos sistemas de avaliação existentes, mas que buscassem o novo.

## Referências Bibliográficas

- BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. In: SOBRINHO, José Dias e RISTOFF, Dilvo I (orgs.). **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Ensino Superior. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras – MEC SESu**. Brasília: SESu, 1994.
- BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. São Paulo: Papirus, 1996.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação quantitativa e avaliação qualitativa: interações e ênfases In: SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- FIGARI, Gérard. **Avaliar: que referencial**. Portugal: Porto Editora, 1996.
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. **O novo século**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.
- LUCKESI, Cipriano Carlos e PASSOS, Elizete S. **Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MARTINS, José de Prado. **Didática geral: fundamentos, planejamento, metodologia**. São Paulo: Atlas, 1985.
- MASETTO, Marcos. **Didática – a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1994.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **O estado brasileiro e a política educacional dos anos 90**. In: ANUÁRIO, do GT. **Estado e Política Educacional**. Política Gestão e Financiamento da educação. Caxambu: ANPED, 2000.
- RISTOFF, Dilvo I. Avaliação institucional: pensando princípios. In DIAS SOBRINHO, José e BALZAN, Newton César (orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS FILHO, José Camilo dos. Análise teórico-política do exame nacional de cursos. In: **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**, DIAS SOBRINHO, José e RISTOFF, Dilvo (orgs.). Florianópolis: Insular, 2000.
- SGUISSARDI, Valdemar (org.). **Educação Superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.